





proposta de artigos adicionais ao regimento para serem convenientemente collocados, e d'elle formar parte em quanto não forem alterados.

Artigo A. O par que annunciar a interpellação nos termos do artigo 59.º não poderá n'essa occasião motivar, nem desenvolver os seus fundamentos, o que fôr somente ter logar quando se verificar a interpellação.

§ unico. Esta disposição não será observada quando a urgencia da interpellação e a presença do ministro interpellado der occasião a que possa em continência tratar-se do seu objecto, sendo assim previamente resolvido pela camara depois de expostos os motivos da urgencia.

Art. B. O par interpellante poderá usar da palavra, até tres vezes, incluída a da expozição do objecto.

Art. C. É lícito a todo o par tomar parte na discussão das interpellações, usando da palavra até duas vezes. Fora das regras estabelecidas neste artigo e no proximo antecedente não poderá o presidente conceder a palavra para explicação, quando ver ser curta, sobre o expellido, e sem novamento discutir a materia.

Art. D. O ministro ou ministros interpellados poderão usar da palavra tantas vezes quantas forem necessarias para responder ao par interpellante, ou aos outros que tomarem parte na discussão.

#### DA PALAVRA SOBRE A ORDEM

Art. E. Em qualquer estado da discussão é lícito pedir a palavra sobre a ordem, e o seu uso será regulado pela maneira seguinte.

Art. F. A palavra sobre a ordem póde ter logar, ou para advertir que a discussão caminha fôr dos termos convenientes, e estabelecidos no regimento, requerendo ao presidente que os faça observar; ou para fazer alguma moção de ordem seguida as regras prescritas nos artigos 54.º, 55.º e 56.º do regimento, ou para fazer leitura de pareceres de comissões.

Art. G. Ao presidente incumba a exacta observancia das disposições destes artigos adicionais pela fôrma e nos termos estabelecidos no regimento.

Camara dos pares, 31 de março de 1860.—O par do reino, Visconde de Alagoas.

O sr. Marquez de Vallada:—declarou ter esperado que o sr. ministro do reino fosse presente a esta sessão, depois do aviso de que desejava dirigir-lhe uma pergunta importante, a qual formularia n'esta occasião, porque talvez de elle orador o não ter feito na sessão passada, proviesse hoje a falta de comparencia de s. ex.ª

Enunciou portanto que deseja interpellar o referido sr. ministro sobre o seu procedimento em relação a dois individuos que foram presos na relação do Porto por suspeitos de cumplicidade no crime de moeda falsa, e que por ordem de s. ex.ª se mandaram soltar.

Declarou urgente esta sua interpellação.

O sr. Presidente do conselho:—satisfaz á primeira parte da pergunta do digno par, o sr. Marquez de Vallada, respondendo que não sabe se o sr. ministro do reino será presente a esta sessão, porque não o viu na camara dos srs. deputados; mas está certo de que, se s. ex.ª não vier, é por ignorar que haja sessão; e que de si declara que também só n'esta sessão da soberania que se reúne a camara, porque não recebera participação alguma como é de costume fazer-se. Suppõe portanto que ao sr. ministro do reino succede o mesmo.

Em quanto á segunda parte da pergunta, nada podia responder.

O sr. Marquez de Vallada:—depois da declaração do sr. presidente do conselho, entendeu que não devia lançar culpa sobre o sr. ministro do reino, que se não estava presente provinha a causa do ignorar que havia sessão.

O sr. Presidente:—observou ser a pratica n'esta camara annunciar-se no *Diário* o dia de sessão, sendo por elle que os srs. ministros se devem regular; e só, quando ha algum negocio mais particular, se costuma communica-los a s. ex.ª

O sr. Marquez de Vallada:—enunciou a conveniencia de os srs. ministros serem avisados pela secretaria da camara, por isso que s. ex.ª não tem tempo para ler o *Diário*. Sente portanto que a mesa não tomasse em consideração a sua interpellação, communicando-se ao sr. ministro do reino, que de certo se aclararia este ponto.

O sr. secretario Conde de Mello:—declarou que a interpellação annunciada por s. ex.ª fôr mandada por cópia, no dia anterior, ao sr. ministro.

O sr. Marquez de Vallada:—deduziu d'esta declaração que se s. ex.ª não comparecia era por não querer.

O sr. Silva Sanchez:—disse que a camara municipal de Extremoz, vendo que as razões apresentadas pelo digno par o sr. visconde de Sá da Bandeira sobre a directriz do caminho de ferro á fronteira tem merecido geral acção do paiz, e aguardando que igual acção mereça a representação que a mesma corporação dirige a esta camara, pondera, que Extremoz, como praga de segunda ordem, tem servido sempre, nas nossas guerras de independencia, para reserva de tropas e munhões, e tem prestado assim valiosos serviços em muitos casos: que refere: que pela vantajosa situação da sua posição na estrada real, e no encurtamento das estradas districtaes de Portalegre e Évora, estando collocada no centro de uma área de trinta a quarenta leguas das mais povoadas e mais bem cultivadas, póde por assim dizer, considerar-se o emporio do commercio da provincia do Alentejo; de que mais a mais ha cinco annos, que o engenheiro inglez, mr. Thomas Rumball, nos estudos que fez para o caminho de ferro á fronteira de Hespaula, deu a preferença á directriz que passasse por Extremoz, e que mr. Dupré, engenheiro em 1846, também designou Extremoz como ponto obrigado do caminho de ferro á fronteira.

Por todas estas razões conclue, pedindo que esta camara haja de resolver que a directriz do caminho de ferro á fronteira passe por Extremoz, que taes razões lhe parecem assaz fortes e plausiveis para deverem ser attendidas, que enviava por tanto a representação para a mesa, e pedia que fosse remetida ás comissões a que está affecto o contrato para a construção dos caminhos de ferro.

Assim se resolveu.

O sr. Visconde de Balsemão:—pediu a palavra para fazer algumas considerações sobre uma proposta que enviava para a mesa.

É pratica n'esta camara, disse o orador, e é do regimento, que na discussão de qualquer projecto ou proposta haja duas discussões; a pratica tem demonstrado que na discussão da generalidade se trata sempre, nem póde deixar de ser, da discussão da especialidade. Disto resulta perda de tempo, e grandes inconvenientes.

Como, elle orador, entende que o tempo é dinheiro, e que tudo que tender á poupa-lo se deve adoptar, propõe que se proceda n'esta camara, como na dos srs. deputados, isto é, que se dispense em qualquer projecto a discussão na generalidade, e que se discuta só na especialidade, mas com toda a amplitude.

O sr. Presidente:—significou ao digno par que o que se tem feito sempre é seguir o regimento, que determina que haja duas discussões, uma na generalidade, e a outra na especialidade. Por consequencia, a votação da camara só póde versar se o deve ou não alterar o regimento (*apoiados*). Portanto, pede ao digno par que mande em fôrma a sua proposta para a mesa.

Fôz presente, e é do teor seguinte:

«Proponho que se dispense a disposição do regimento que determina que haja discussão na generalidade e na especialidade de qualquer projecto ou proposta, e que a discussão na generalidade só tenha logar quando se tratar da especialidade de cada artigo.—Camara dos pares, 10 de abril de 1860.—Visconde de Balsemão.»

O sr. Visconde de Fontes Arcada:—disse, que visto que ainda não se trata da proposta do sr. visconde de Balsemão, pouco tem a dizer, todavia fará algumas reflexões sobre o assumpto.

Que por um lado se queria alterar o regimento, dispensados os seus artigos, que por outro se queria augmentar com outros novos! Que á vista d'isto o regimento não é nada; é um verdadeiro esqueleto.

Na tanto tempo, que a camara se regula por elle e só agora é que se conhecem os seus defeitos!

Que também, elle orador, tem bastante que fazer, e que deixa os seus negocios para vir á camara; mas quer-se tudo depressa e argumentar-se d'aquelle modo é empregar um verdadeiro sophisma.

O governo representativo não é um governo de pressa; quem quer um governo de pressa tem o governo absoluto e arbitrário. O governo representativo é um governo de discussão, para avaliar maturamente os negocios, o que se não póde fazer sem o tempo necessario, para que aquellos que o desejam possam dar a sua opinião sobre qualquer objecto, e seguir-se a maneira mais conveniente para que elle se discuta.

Como porém se propõe que o requerimento do digno par visconde de Balsemão vá á comissão do regimento, que nada mais dizia.

O sr. Visconde de Balsemão:—pediu que a sua proposta fosse enviada á comissão do regimento. (Entrou o sr. ministro do reino.)

O sr. Presidente:—Consultava a camara sobre o pedido do digno par.

Consultada a camara resolveu affirmativamente.

O sr. Visconde de Sá da Bandeira:—Expoz ao sr. ministro do reino que elle orador havia mandado para a mesa uma nota de interpellação a s. ex.ª como encarregado interinamente da pasta do ultramar.

O sr. Ministro do reino:—Mas sobre o que?

O orador:—que os diversos pontos sobre que versará constam da mesma nota de interpellação, que a mesa já devia ter enviado ao respectivo ministerio, onde s. ex.ª a poderia examinar.

O sr. Ministro do reino:—pediu ao digno par, que sempre que tiver de lhe dirigir qualquer interpellação, queira ter a bondade de o prevenir, alguns dias antes, acerca do objecto sobre que versar, a fim de que sabido o dia em que ella haja de ter logar, se apresente preparado para satisfazer.

O sr. Visconde de Sá da Bandeira:—em vista do que o sr. ministro acabava de dizer, rogou ao sr. presidente a bondade de designar o dia em que ella possa ter logar.

O sr. Marquez de Vallada:—aproveitou a presença do sr. ministro do reino para lhe dirigir a pergunta que encerrára no começo da sessão. Versava a sua interpellação sobre a prisão no Porto de dois individuos por indicação do sr. governador civil de Lisboa, e que logo depois foram soltos por ordem d'aquelle sr. ministro.

Não sabendo se s. ex.ª se daria por habilitado para lhe responder de prompto, reservára n'esse caso o negocio para outro qualquer dia, em que naturalmente a roveitara a occasião para fallar sobre o livro *Thraute lo Blanco* que s. ex.ª permitiu saíse da bibliotheca do Porto, e que hoje está no reino visinho.

O sr. Ministro do reino:—declarou ao digno par que sempre que for prevenido do dia em que se lhe pretenda dirigir alguma interpellação, tratará de comparecer prompto para responder. A conveniencia de se designar dia contribui também para o bom andamento dos negocios, e a boa regularidade dos trabalhos parlamentares.

No entanto diz desde já algumas palavras sobre o primeiro objecto de que tratou o digno par. Os dois individuos, a que s. ex.ª se referiu, foram presos no Porto em virtude de suspeitas que d'elles houvera; mas o governo entendeu depois que esses individuos não deviam continuar a estar presos, e mandou que fossem soltos. Até aqui responde: mas d'este ponto em diante nada mais póde dizer, porque se trata de um negocio de summa gravidade, que está entregue á autoridade administrativa, e sobre o qual nem mais uma palavra acrescentará.

Em quanto ao outro objecto, o sr. presidente terá a bondade de designar dia, e então responderá convenientemente.

O sr. Marquez de Vallada:—mostrou-se surprehendido da declaração muito clara e categorica do sr. ministro do reino, que disse terem os dois alludidos individuos sido presos por suspeitos, e mandados soltar não se entregando ao poder judicial, por se entender que as expusitas eram infundadas.

Para avaliação do procedimento do governo n'este assumpto, leu á camara a portaria de 16 de novembro de 1851, assignada pelo sr. Rodrigo da Fonseca Magalhães, e outra pelo sr. João Cardoso da Cunha Araújo, hoje visconde de Portocarrero.

Relatou o que lhe constava sobre as prisões no Porto, que tiveram logar em consequencia de um officio do sr. governador civil de Lisboa, ao qual lhouvrou pelas diligencias empregadas na perseguição do crime de moeda falsa: alludiu a ter corrido noticia de que esta autoridade, pelo facto de se terem mandado soltar aquelles presos, pedira a sua demissão, de que inferia que não havia a união necessaria entre certas autoridades para a justa perseguição dos criminosos; e finalmente reportou-se a que se s. ex.ª ainda continua no governo civil é porque, segundo se diz, se lhe dera uma satisfação em particular, o que censurava, se tal succedea, porque a questão fôr publica, e de grave importancia entre o sr. ministro do reino e o sr. conde de Paraty.

Recapitulando novamente o que em anteriores sessões dissera sobre as influencias de certos homens que em vez de serem despresadas são aproveitadas para eleições, expoz a necessidade de as autoridades serem revestidas de certa respeitabilidade e circumdadas do necessario prestigio para dar fôrça á sua acção; sendo essas autoridades se demittiram, e apoz ellas virão outras não movidas pelo amor do bem publico.

São seus desejos, por tanto, que o governo d'aqui em diante proceda com mais legalidade n'este negocio da moeda falsa, para que se não diga que os moedores tem bastante fôrça para dominarem os srs. ministros, e obterem favores d'elles.

Esperava também do sr. ministro do reino que mais alguma coisa lhe respondesse sobre o assumpto; mas não o tendo obtido, declarava contido o alludido o seu fim, que era protestar contra as tendencias para um systema de absolutismo em certa escala, e com certas formalidades.

O sr. Presidente:—declarou encerrada a sessão, declarando que a seguinte tivesse logar na immediata sexta-feira, 13 do corrente, sendo a ordem do dia interpellações e pareceres de comissões.—*Eravam mais de cinco horas da tarde.*

Relação dos dignos pares, que estiveram presentes na sessão do dia 10 de abril de 1860

Os srs. visconde de Laborim—duque da Terceira—marquês de Fronteira—de Niza—de Vallada—condes, das Alcaçovas—de Arrochella—do Bonfim—de Mello—da Ponte—da Ponte de Santa Maria—viscondes, de Alguia—de Athoguia—de Balsemão—

de Benagazil—de Castellões—de Fonte Arcada—de Fornos de Algodres—da Granja—da Luz—do Ovar—de Sá da Bandeira—barões, de Ancoed—de Porto de Moz—Margiochi—Aguar—Larcher—Izidoro Guedes—Eugenio de Almeida—Silva Sanchez—Brito do Rio.

#### CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

SESSÃO DE 16 DE ABRIL

PRESENCIA DO EX.º SR. BARTHELOMEU DOS MARTYRES

Aos tres quartos depois do meio dia, verificou-se, pela chamada, estarem presentes 75 srs. deputados.

O sr. Presidente:—declara aberta a sessão.

Acta approvada.

Mandam-se lançar na acta as seguintes declarações:

1.º Do sr. Azevedo e Cunha, de que por motivo justificado não póde comparecer ás sessões de 11 e 14 do corrente.—*Intertrada.*

2.º Do sr. Flacido de Abreu, de que por motivo justificado não compareceu á sessão de 14 do corrente.—*Intertrada.*

3.º Do sr. Menezes Pitta, de que o sr. Fonseca Coutinho não póde comparecer á sessão de hoje por incommodo de saúde.—*Intertrada.*

#### CORRESPONDENCIA

1.º Um officio do sr. Dias de Azevedo, participando que por incommodo de saúde não compareceu á sessão de 14, e não póde comparecer á de hoje.—*Intertrada.*

2.º Do ministerio das obras publicas, acompanhando o decreto, pelo qual Sua Magestade houve por bem conceder a pensão vitalicia de 400\$000 réis a D. Emilia Candida de Figueiredo e Almeida, irmã do fallecido brigadeiro graduado Albino Francisco de Figueiredo e Almeida.—*A comissão de fazenda.*

3.º Do mesmo ministerio, acompanhando o relatório, pedido pelo sr. Coelho de Carvalho, respectivo á directriz da estrada de Paço dos Ferreiras a Lagos.—*Para a secretaria.*

4.º Do ministerio da marinha, acompanhando a representação pedida pelo sr. Balduino, relativa a presidência da relação de Loanda.—*Para a secretaria.*

5.º Uma representação da camara municipal e mais habitantes de Terras do Bourro, e dos de algumas freguezias do concelho de Villa Verde, pedindo a criação de uma nova comarca, com a sua sede em Covas.—*A comissão de estatística.*

6.º Da camara municipal da Lourinhã, apoiando o projecto do governo para a redução dos direitos do alcool estrangeiro.—*Para a secretaria.*

7.º Da camara municipal de Cadaval, no mesmo sentido que a antecedente.—*Para a secretaria.*

Dá-se expediente pela mesa ao seguinte requerimento:

«Requiro que o governo, pelo ministerio dos negocios da marinha e ultramar, envie a esta camara a copia dos officios do governador geral de Loanda, relativos aos acontecimentos do Congo.—*Bernardo Francisco de Abranches*, deputado pela ilha de S. Thomé.»

É remetido ao governo.

Também se manda communicar ao sr. ministro da marinha a seguinte nota de interpellação:

«Desejo interpellar a s. ex.ª o sr. ministro dos negocios da marinha e ultramar acerca das providencias que tenciona tomar, em relação aos acontecimentos do Congo, para desafrontar os insultos que ali temos soffrido.—*Bernardo Francisco de Abranches*, deputado pela ilha de S. Thomé.»

Tem segunda leitura os seguintes projectos de lei:

1.º Dos srs. Freitas Branco, Gonçalves de Freitas, e Camar Leme, applicando á allandega do Funchal as disposições do decreto de 4 do novembro de 1852, a respeito dos direitos que devem pagar os tecidos mistos de seda, e de outras materias primas.

É admittido e enviado á comissão de pautas.

2.º Dos mesmos srs. deputados, prorogando pelos tres annos economicos de 1860 a 1863 o beneficio de 100\$000 réis mensaes, em moeda forte, autorisado pela carta de lei de 27 de junho de 1854, e ampliado pela de 23 de junho de 1856.

É admittido e enviado á comissão de administração publica, ouvida a de fazenda.

O sr. Roffio:—manda para a mesa uma representação da camara municipal de Murça, pedindo que lhe sejam novamente annexadas certas freguezias que lhe foram desannexadas.

O sr. Mendes de Vasconcellos:—envia para a mesa um requerimento do carcereiro da cadeia civil da cidade de Elvas, que se acha privado dos seus ordenados, e pede providencias a este respeito.

O sr. Gaspar Pereira:—manda para a mesa uma representação na qual se fazem respeitosa e importantes ponderações contra as medidas de fazenda apresentadas pelo governo na sessão de 16 de janeiro ultimo: que é assignada por duzentos oitenta e seis cidadãos das freguezias do Torizendo e Teixoso, povoações pertencentes ao concelho da Covilhã; que na dita villa e mais povos se aprompta, segundo lhe consta, outra representação sobre o mesmo objecto: que terá a honra de apresentar logo que venha, mas não devia demorar esta que chegou hontem, e pede se lhe dê o destino conveniente para ser tomada na consideração que merece, fazendo-se justiça aos supplicantes.

O sr. Justino de Freitas:—manda para a mesa uma representação dos escriptães de paz da comarca de Soure, pedindo providencias para melhorar a sua sorte.

O sr. D. José de Alarcão:—logo que se constituiu a camara pediu que fossem enviadas pelo ministerio competente as consultas geraes de districto com relação aos annos de 1858 a 1859. Dias depois soube que tinham vindo as de 1858, e se acaso não tivessem ainda chegado as de 1859 pedia que se instasse novamente, assim como requer que sejam enviadas á comissão competente as de 1858 para poder ir adiantando os seus trabalhos a este respeito.

O sr. Rebello Cabral:—deseja chamar a attenção do sr. ministro do reino sobre dois factos a que liga muita importancia: um é sobre o modo por que se estão fazendo as corridas de touros em Lisboa. Corre noticia de que antes de hontem os touros andaram pelas ruas da cidade, maltratando os viandantes, de que resultou até estar algum em perigo de vida, sendo atacados as proprias sentinellas.

O outro é sobre um objecto humanitário. Viu em alguns jornaes que houve um naufragio de um navio nosso nas proximidades de França, e que alguns consules, faltando ao cumprimento de seus deveres, não deram a proteção que deviam dar aos naufragos, sendo até talvez inaudito e escandaloso como o nosso consul em Marsella tratou aquelles infelizes.

Pede, pois, que se lhe reserve a palavra para quando esteja presente o sr. ministro competente.

O sr. Lacerda (Antonio):—manda para a mesa o parecer da comissão de poderes sobre as eleições dos circulos 157, 158 e 159.

Manda-se imprimir.

O sr. Presidente:—antes de passar á ordem do dia observa que ha uma disposição regimental para que se faça a chamada interpellativamente ás onze horas e meia, e que o mais tardar se entre na ordem do dia á hora e meia; e em vista do adiamento da estação e da urgencia dos negocios que ha a tratar, está resolvido a dar cumprimento muito

rigoroso a esta disposição regimental, isto é, que a chamada se ha de fazer interpellativamente ás onze horas e meia (*apoiados*).

O sr. Visconde de Pindalla:—é da opinião do sr. presidente, entendendo que isto não póde continuar assim; a camara trabalha muito pouco; hoje fez-se a chamada passava de meia hora, no inverno far-se-ha ás duas horas, e para obviar a este mal manda para a mesa o seguinte requerimento, de que pede a urgencia:

«Requiro que se faça a chamada ás onze horas e meia infalivelmente, e que os srs. deputados que não estiverem a ella sejam os seus nomes publicados no *Diário da Lisboa*, e que não havendo numero sufficiente para se abrir a sessão seja esta levantada pelo sr. presidente, declarando-se no *Diário* o motivo d'este facto.—O deputado por Guimarães, Visconde de Pindalla.»

É julgado urgente e entra em discussão.

O sr. Mello Soares:—está de accordo com o illustre deputado; approva a proposta até certo ponto: entende que é uma necessidade o abrir-se a camara mais cedo, e n'este sentido approva que ás onze horas e meia se faça a chamada; mas a proposição para que interpellativamente também, não havendo numero, a sessão se levante, acha que póde ter inconvenientes; parecendo-lhe melhor deixar isso ao arbitrio illustrado da mesa, que obrará segundo as circumstancias; e n'este sentido manda para a mesa a seguinte emenda:

«Proponho que a presidencia levante ou não a sessão, conforme o seu prudente arbitrio, quando ás onze horas e meia não houver numero de deputados na sala da camara.—*Mello Soares.*»

É admittida.

O sr. Visconde de Pindalla:—adapta a idéa do sr. Mello Soares, dizendo que o motivo da segunda parte da sua proposta era que se perdesse um dia de sessão para evitar os outros; no entanto approva a emenda do sr. Mello Soares, deixando isso ao arbitrio illustrado da mesa.

Resolve-se que a chamada dos deputados se faça ás onze horas e meia, e que se publiquem na folha official os nomes dos deputados que faltarem; ficando ao prudente arbitrio da presidencia levantar ou não a sessão, no caso de não haver numero sufficiente para ella se abrir á dita hora.

#### ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO DO PROJECTO DE LEI N.º 21

Senhores.—A comissão de fazenda examinou attentamente a proposta de lei n.º 5-G do ministerio da fazenda, na qual os impostos de transmissão e sizas são substituídos, desde o 1.º de janeiro de 1861, por uma contribuição denominada de registro.

Nesta medida teve-se em vista attingar a dois fins: primeiro, ao interesse da sociedade e de todos os particulares, fazendo registrar todas as transmissões e mutações da propriedade immovel por titulo gratuito ou oneroso, para garantir assim a certeza da propriedade, e obstar por este meio ás fraudes que podem provir da falta de conhecimento do verdadeiro dominio e dos encargos que o oneram.

Esta parte do registro, tão importante aos interesses sociaes, liga-se com o projecto de lei sobre o credito predial, proposto pelo ministro da justiça, e de que por isso nós não occupamos n'este logar.

O segundo fim, que faz o principal objecto da presente proposta de lei, consiste em regularizar e augmentar os impostos de sizas e transmissão da propriedade, denominados — contribuição de registro —.

Estes impostos, como todos sabem, já se achavam estabelecidos pela nossa legislação, e são fundados nos verdadeiros principios economicos, porque nada ha mais justo, do que aquelle que tira proveito de ver garantido o seu dominio, contribuir com os meios necessarios para este fim, pagando ao estado um imposto suave, que se verifica quasi sempre no estado do melhoramento de fortuna em que se acha o contribuinte.

A proposta de lei, em relação ás transmissões de propriedade por titulo oneroso, eleva o imposto de 5%, por cento a 6 por cento, o que se torna quasi insensível, sem prejudicar por isso as transacções sobre a mutação da propriedade: o fim mais importante que teve em vista n'esta parte a presente proposta de lei, foi sem duvida estender esta mesma contribuição á emphyteuse e aos contratos permutatorios, que nenhuma razão justificativa isentava de contribuir n'uma justa proporção para os encargos publicos; sendo de notar que a nossa legislação antiga já abrangia igualmente n'este imposto os contratos de permutação.

A comissão entende que deve ser approved este augmento de contribuição, na fôrma indicada, mormente n'uma epocha em que as necessidades do thesouro tanto a reclamam para satisfazer as despesas publicas, aggravadas com a construção das estradas e vias ferreas, de que o paiz espera todo o seu desenvolvimento.

Com os mesmos fundamentos se justificam as alterações que se encontram no projecto sobre a transmissão da propriedade por titulo gratuito, fazendo contribuir os collaterales no primeiro grau que pela carta de lei de 12 de dezembro de 1844, se achavam isentos, sem motivo algum plausivel, do pagamento do imposto de transmissão, bem como os sobrinhos, quando herdavam dos tios.

Nesta parte a comissão não póde deixar de observar que este imposto do registro é ainda menos oneroso do que aquelles com que contribuem hoje algumas nações mais adiantadas na sua civilização, porque ali a linha recta não é dispensada de contribuir para os encargos do estado, em quanto pela nova proposta de lei só se faz contribuir para as despesas publicas a linha collateral desde o primeiro grau, a quem a sorte beneficiou quasi inesperadamente, não sendo por isso razoavel que aquelles que se acham, por uma eventualidade, mais ricos deixem de concorrer para os encargos do estado.

Uma ultima parte do projecto regularisa mais propriamente a fôrma da cobrança do imposto do registro, adoptando em grande parte as prescripções que já se achavam estatuidas na citada lei de 12 de dezembro de 1844.

A comissão, de accordo com o governo, supprimiu alguns artigos que se achavam já prevenidos na legislação vigente, e fez algumas pequenas alterações tendentes principalmente a facilitar a arrecadação do imposto, e com ellas julga que a proposta do governo deve ser approved no seguinte projecto de lei, que tem a honra de submeter á vossa consideração.

#### PROJECTO DE LEI

Artigo 1.º Os impostos de transmissão e as sizas são substituídos, desde o 1.º de janeiro de 1861, por uma contribuição denominada de registro, nos termos da presente lei.

Art. 2.º São sujeitos á contribuição de registro: 1.º Os actos que importam transmissão de propriedade immovel de qualquer especie e natureza, por titulo gratuito ou oneroso, qualquer que seja a denominação ou fôrma do titulo.

Comprehendem-se n'esta categoria os contratos de emphyteuse.

2.º Os actos que importam transmissão de propriedade movel, de qualquer especie e natureza, e bem assim direitos e acções de valor excedente a 100\$000 réis, por successão testamentaria ou legítima, por escriptura publica de dote, de doação *inter vivos* ou *causa mortis*.

Art. 3.º Não são sujeitos á contribuição de registro:

1.º Os actos de transmissão de propriedade movel ou immovel, por titulo gratuito entre ascendentes, descendentes ou conjuges;

2.º Os actos de transmissão de propriedade movel ou immovel, por titulo gratuito, feita a misericórdias, hospitais, casas de expostos, asylos de mendicidade ou infancia desvalida, casas de educação gratuita, ou a quaesquer outros estabelecimentos de beneficencia autorisados pelo governo;

3.º Os actos de expropriação por utilidade publica;

4.º Os actos de transmissão de propriedade litteraria ou artistica, quer seja por titulo oneroso, quer por titulo gratuito.

Art. 4.º São sujeitos á contribuição de registro todos os actos que operem transmissão de propriedade, situada ou existente em territorio portuguez, ou a transmissão se verifique entre subditos portuguezes, ou entre subditos estrangeiros, ou entre estrangeiros e portuguezes.

Art. 5.º Nas transmissões de bens moveis ou immoveis por titulo gratuito a contribuição será:

De 3 por cento entre collaterales no primeiro grau;

De 6 por cento entre collaterales no segundo grau;

De 10 por cento entre outras quaesquer pessoas.

§ unico. Os graus de parentesco contam-se por direito canonico.

Art. 6.º Nas transmissões de bens immoveis por titulo oneroso a contribuição será de 6 por cento.

§ unico. Nos contratos de permutação a contribuição será de 3 por cento.

Art. 7.º A contribuição do registro será lançada sobre o valor dos bens transmitidos nos termos dos §§ seguintes:

§ 1.º Quando a transmissão for por effeito de partilhas, a contribuição será calculada sobre o valor que os bens tiverem no inventario.



Art. 13.º Fica em seu pleno vigor o registro das sizas e a lei de 12 de dezembro de 1844 na parte em que se não oppozer á presente lei, e revogada toda a legislação em contrario.

Sala da commissão, em 9 de abril de 1860.—*Antonio José d'Avila*—Rodrigo Nogueira Soares Vieira—Joaquim Gonçalves Mendes—Antonio Rodrigues Saupain—Carlos Cyrillo Machado—Francisco José da Costa Lobo—Augusto Xavier Palmeirim—Justino Antonio das Freitas—Joaquim Thomás Lobo d'Avila (com declaração)—Thomás de Carvalho.

O sr. Rocha Peixoto:—estranya, que havendo outros projectos importantes para ordem do dia, como são os n.ºs 10, 18 e 20, se dê a preferença a este, que, apesar de ser também importante, foi distribuido muito depois dos n.ºs 10 e 18.

Manda para a mesa duas propostas de adiamento, que são as seguintes:

«Propoño que o projecto de lei n.º 21, em discussão, seja remetido á commissão de legislação, para o examinar e dar sobre elle o seu parecer.»—*Rocha Peixoto.*

Propoño que seja convidado o governo para formular e apresentar a esta camara, a tempo de ser considerado na discussão do projecto de lei n.º 21, um mappa demonstrativo do producto do imposto das sizas e transmissões nos ultimos dez annos, com a designação especial e separada do que respecta a cada uma das classes da transmissões, de que falla o § 1.º do artigo 1.º da lei de 12 de dezembro de 1844.—*Rocha Peixoto.*

Para fundamentar estas propostas declara, que considera este projecto como um verdadeiro confisco, como um ataque á familia, um estorvo ao commercio, um attentado á propriedade, e como altamente prejudicial á agricultura.

O sr. Presidente:—observa ao orador que, tendo pedido a palavra sobre a ordem, não pôde entrar na apreciação da materia do projecto.

O sr. Rocha Peixoto:—pede desculpa da sua falta de pratica no parlamento, mas parecia-lhe que o sr. presidente devia ser tão indulgente para com elle como o tem sido com alguns srs. deputados da maioria que têm levado horas n'outras sessões, pedindo a palavra sobre o modo de propor e fallando sobre a materia o tempo que têm querido.

O sr. Presidente:—pede licença ao sr. deputado para dizer que, no exercicio dos seus deveres na presidencia, não vê diante de si senão a camara, e n'ella deputados iguaes em direitos e obrigados aos mesmos deveres (apoiados.) Respeita a todos como lhe cumpre, e é seu firme e constante proposito e desejo de não faltar no minimo ponto á imparcialidade no uso das suas attribuições, e parece-lhe em consciencia não ter faltado a ella (muitos applaudidos.) Em todo o caso, o abuso commetido por qualquer orador não autorisa outro a pratical-o, quanto mais que não tem deixado de advertir sempre os srs. deputados que se afastam da regularidade propria do bom andamento das discussões (apoiados.)

As propostas do sr. deputado importam, qualquer d'ellas, o adiamento da discussão do projecto. Não ler-se, para, se forem apoiadas, entrem em discussão.

Depois de lidas na mesa são apoiadas.

O sr. Barros e Sá:—requer que estas, e quaisquer outras propostas, que se apresentem, entrem em discussão conjuntamente com o projecto, votando-se depois pela sua ordem.

É approvado este requerimento.

O sr. Rocha Peixoto:—mas por este modo ficam prejudicadas as suas propostas (Vozes:—está votado.)

O sr. Aragão:—não obstante a resolução que a camara acaba de tomar, deseja apresentar outra proposta de adiamento.

O sr. ministro da justiça apresentou ha tempo na camara um projecto muito importante sobre credito predial, em que a muitos respeito trata da mesma materia da que está em discussão. Todos os auctores de todos os paizes tem estabelecido a doutrina de que a legislação sobre registro da propriedade deve ter menos em vista o fisco, do que a historia da propriedade, para habilitar o governo a conhecer, todas as vezes que for necessario, as forças tributarias do paiz, de maneira que esta legislação em parte alguma é legislação fiscal, mas administrativa para ajudar a fiscal.

Neste paiz não ha pensamento governativo, cada ministro pensa de seu modo, têm ciumes uns dos outros; o sr. ministro da fazenda apresenta uma proposta, e o da justiça outra sobre o mesmo objecto, de modo que ha seis governos no paiz.

Este projecto prende immediatamente com o direito civil em todas as suas relações, e por isso manda para a mesa a seguinte proposta:

«Propoño o adiamento do projecto n.º 21, até que sobre elle dê parecer a commissão especial de credito predial, e a commissão de legislação.»—*Aragão Mascarenhas.*

É apoiada, e fica em discussão com o projecto.

O sr. ministro da fazenda (Casal Ribeiro) (sobre a ordem):—não deseja perturbar a ordem da discussão nem apreciar os adiamentos que tem sido mandados para a mesa, mas só dizer ao sr. Rocha Peixoto que, relativamente á primeira parte da sua segunda proposta, acha s. ex.º os esclarecimentos que pede no organamento de receita do estado; e sobre a segunda parte relativa á designação especial e separada de cada uma das classes de transmissões, não é possível por parte do governo responder, porque faltam os elementos necessários para isso: não ha uma estatística regular a esse respeito.

Como o projecto continua em discussão, reservase para durante ella mostrar que se não trata aqui senão do registro com relação ao imposto, o que não tem nada com o registro civil, assim como que o projecto não é um ataque á familia, nem um estorvo ao commercio, nem um attentado á propriedade como se disse.

O sr. Faria Guimarães:—parecia-lhe que os adiamentos prejudicavam a discussão do projecto, e que era preciso rejeitar primeiro o adiamento para a discussão poder continuar; e apesar da camara ter resolvido o contrario, apresentava ainda uma nova proposta de adiamento.

O projecto faz parte do contingente das medidas de fazenda que o sr. ministro apresentou. Essas medidas tendem a augmentar a receita publica sobrecarregando, como é indispensavel, os contribuintes. Tendo-se votado o contrato do caminho de ferro, seria contraditorio o não se votar ao governo os meios necessários para satisfazer a este encargo; entretanto entende que a camara não pôde nem deve votar novas contribuições sem ter mostrado ao paiz que não é possível fazer mais economias, nem diminuir as despesas publicas. Em consequencia disto apresenta a seguinte proposta:

Propoño que seja adiada a discussão d'este projecto para quando estiver discutido o organamento do proximo anno economico.—O deputado, *Faria Guimarães.*

É apoiada, e fica em discussão com o projecto.

O sr. Alves Martins:—está admirado do progresso parlamentar em que estamos. Apresentaram-se dois ou tres adiamentos, que por sua natureza prejudicam o andamento da discussão, e entretanto resolve-se que sejam considerados durante a discussão da materia! É um progresso que não pôde comprehender, e nunca viu praticar isto desde que é deputado (Interrompções: vozes.—Está votado.) Tributo ao povo, mas deixem fallar os deputados. Deseja saber se a resolução tomada pela camara a res-

peito dos primeiros adiamentos envolve todos os outros que por ventura se possam apresentar, e cujos fundamentos ainda se ignoram.

O sr. Presidente:—crê que o presidente fallou em voz bem alta, e termos claros. A resolução tomada pela camara foi no mesmo sentido que outra que a camara tomou a respeito de outra discussão que teve lugar, para que todas as propostas, de qualquer natureza que se offerecessem durante o debate, fossem admittidas, e consideradas em discussão conjuntamente com a materia principal (apoiados). Foi esta a resolução que a camara tomou agora, e estava no seu direito para a tomar; por consequencia quaesquer propostas que se apresentem, incluindo as de adiamento, consideram-se em discussão conjuntamente com a materia principal (apoiados).

O sr. Barros a Sá:—a resolução que a camara tomou para que todas as propostas de adiamento, ou de qualquer natureza, fossem discutidas conjuntamente com a materia, havendo depois sobre ellas uma votação previa, é perfeitamente identica a muitas outras que tem havido. A mesma resolução foi tomada, por exemplo, quando se tratou da proposta do sr. Avila, sendo então ministro, para augmento de 2 por cento sobre todas as contribuições; mas n'essa occasião não achou o sr. Alves Martins injusta essa resolução, não disse como agora á tribuna ao povo, mas deixem fallar a opposição; pelo contrario, indicou a opposição só movida pelo fim de querer subir ao poder, e aconselhou a maioria a que caminhasse.

Entrando na materia e subindo á tribuna, não tem intenção de fazer um discurso; apenas deseja apresentar breves reflexões, talvez dvidas sobre o projecto que está em discussão, e resolvidas ellas, o projecto terá o seu voto; no caso contrario formulará essas dvidas em propostas, que apresentará quando se tratar dos respectivos artigos.

Não faz opposição ao projecto porque lhe repugna votar tributos. Não quer principalmente entrar n'esse caminho escorregadio de captar a benevolencia publica, sympathia dos contribuintes, dizendo-lhes que não podem nem devem pagar mais, por que entende que são necessários tributos, que são urgentes, que são instantaneos. Adiar a resolução do problema financeiro, é querer que o paiz caia na bancarrota (apoiados); e todos aquellos que cedendo a um espirito de vaidade ou a uma idea de terror, não tiverem a coragem de arrastar essa popularidade ephemera, não comprehendem a sua missão; longe de defenderem os legítimos interesses do povo, atraioam o mandato de d'elle receberem. Está pois disposto a votar tributos e a seguir todas as fazes politicas que a questão financeira trouxer ao governo; mas em algumas medidas especiaes affasta-se das ideas do governo, e atraiçoa a sua consciencia, se, cedendo unicamente ao principio politico, approvasse disposições que lhe repugnam.

O projecto em discussão tem por fim reduzir dois impostos a um só, denominado de registro. Em primeiro lugar não acha rasão sufficiente para esta nova denominação, que é desconhecida, causa embaraços e não produz facilidade alguma nem para a imposição, nem para a arrecadação; parece-lhe mais conveniente que a denominação fosse—imposto de transmissões por titulo oneroso ou gratuito.

Para proceder com algum methodo nas suas observações, deve primeiro que tudo dizer á camara quaes são as innovações que entende que o projecto faz na legislação actual.

Segundo a legislação vigente nenhuns outros contratos sobre permutação de propriedade por titulo oneroso pagam siza, senão as trocas e vendas por excesso de valor; o projecto porém comprehende também designadamente a emphyteuse e as promessas de compra e venda. Mas estará o projecto redigido de um modo tão claro e preciso, que não se não possa dizer que elle abrange todos os actos da vida civil? Parece-lhe que não. Se a intenção do governo e da commissão foi comprehender absolutamente todos os actos da vida civil, n'esse caso vota contra; se não houve essa intenção, então pede maior clareza na redacção.

Sobre transmissões de propriedade não ha hierarchias; e elle, orador, não pôde de boa mente associar-se aos srs. deputados que querem dizer, que o illustre relator da commissão, ou escreveu inconscientemente, ou quiz occultar á camara o seu intento.

O sr. Justino das Freitas:—o parecer da commissão considera o imposto de registro de duas especies: por titulo oneroso e por titulo gratuito; no primeiro caso comprehende-se a emphyteuse a permutação, a compra e venda, etc. mas o segundo está claro que se limita a tudo o que é transmissões de propriedade.

O Orador:—permitta-lhe o seu mestre e amigo o dizer-lhe que está equivocado.

O projecto do governo vae mais longe do que s. ex.º entende n'esta parte. O projecto do governo é quotizar todo o acto de transmissões da propriedade por qualquer modo, ou por titulo gratuito ou por titulo oneroso; e muito embora não se depreenda assim nem do relatório do sr. ministro da fazenda, nem do da commissão. Quem ler com attenção este parecer ha de conhecer que a intenção do governo foi essa (apoiados).

E que resulta d'aqui? Resulta a confusão, a desordem, os embaraços em todas as relações da familia e da vida civil. Até nem já é licita a promessa de venda, sem que venha o agente do fisco intrometter-se n'ella!

Se até aqui havia uma legislação assentada em tempos antigos, ratificada pelos legisladores modernos, que determinava que nas subrogações dos bens vinculados por inscripções da junta do credito publico não havia imposto de transmissões, disposição filha de uma idea economica, hoje até as subrogações de vinculos estão sujeitas ao imposto de transmissões! E elle, orador, está persuadido de que o governo para o augmento do imposto fariá mais vantagem da legislação antiga do que da innovação.

Não acredita que a intenção do governo fosse tal, porque confia muito nas ideas economicas do sr. ministro da fazenda, nem tão pouco que fosse a intenção da commissão; mas é necessario que isto se diga, porque n'esta parte está pelo menos defeituosa a redacção do projecto (apoiados). Nem se pôde admitir que os direitos e acções estejam sujeitos ao imposto de transmissões.

Entrando mais especialmente nas innovações que o projecto propõe, diz que lhe ensinaram, que o imposto para ser justo não deve affectar na emphyteuse senão a renda, e de modo nenhum o capital, e que quanto mais exagerado é o imposto maior é o absurdo, o que vê sancionado pela nossa legislação.

Os mesmos principios de economia politica que governaram já em certa epocha e diminuíram a siza servem agora para a augmentar; donde conclue que alguns dos legisladores se enganaram, ou os antigos ou os de agora; conhecendo todavia que os principios da diminuição são os verdadeiros, é claro que os que propõe a commissão de fazenda são falsos; e parece-lhe que desde o começo da monarchia até hoje nunca houve um periodo em que a emphyteuse fosse quotizada.

A emphyteuse é o meio mais economico e talvez o unico de reduzir á cultura as propriedades incultas; é pela emphyteuse que hoje se vê a provincia do Minho quasi um jardim; e conviria então difficulter a emphyteuse? Parece-lhe que não. É a emphyteuse entre nós é sempre em pequenos espaços, em tres ou quatro geiras de terra.

Por consequencia, entende que em lugar de difficulter e por embaraços á emphyteuse, deve-se auxiliar, e este fim é que na sua opinião o projecto não tem, nem ninguém pôde dizer que elle nos leva a esse fim.

Quanto ao contrato de permutação, a illustre commissão de fazenda diz, que pela nossa legislação e pelas nossas leis antigas já se abrangia a siza sobre a permutação; mas pede licença ao illustre relator da commissão para não deixar passar sem reparo esta proposição.

Quem diz que já abrangia o imposto da siza, parece-lhe que quer dizer que sempre foi assim: isto não é exacto, porque se foi certo que houve legislação antiga que sujeitou as transmissões a este imposto, houve outra que dispoz o contrario, e por isso parece-lhe que se não deve tomar para argumento a legislação antiga, quando a moderna dispõe outra coisa; e mesmo a respeito da antiga dize que não era tanto assim, porque houve dvidas se as permutações estavam ou não sujeitas ao imposto de siza, e na pratica sempre prevaleceu a opinião de que as permutações não deviam siza pelo excesso do valor, e está é a pratica que sempre se tem seguido.

Por consequente não pôde também approvar a disposição do projecto quanto a este ponto, e não vê mesmo motivo para se fazer uma innovação que não tráz vantagens algumas.

Quanto ao ultimo ponto sobre a promessa de venda não conhece legislação alguma que sugere as promessas de venda ao imposto da siza, nem entende que isto possa ser uma coisa util e conveniente. A acção da promessa de venda, não obriga a que aceite a promessa; obriga o que promette, porque aquelle está sempre dependente d'este, porque este pôde não tornar efectiva a promessa.

Passa a tratar da segunda parte do projecto, que é a que diz respeito aos direitos de transmissões de propriedade movel e immovel por titulo gratuito.

É necessario tomar mais larga a redacção do projecto na parte em que exclue os titulos de divida publica e todas as acções das companhias, porque nas expressões «direitos de transmissões de propriedade movel e immovel» pôde algum publicano entender que também estão sujeitas ao imposto as inscripções e as acções das companhias, o que de certo não é da intenção do governo nem da commissão.

Fallando do imposto de transmissões de propriedade por titulo gratuito, não remonta agora aos principios da economia politica, que na sua opinião condemnna o imposto de transmissões da propriedade, porque recia sobre o capital, porque na maior parte dos casos é uma exação, e da mancha por que está estabelecido no projecto é um confisco; mas observa que tributar os lagos de familia não lhe parece que seja um principio luminoso. Os lagos de familia são pessima materia collectavel, e tributa-los nos primeiros grãos é anti-social e anti-domestico. A familia é a base da sociedade, e especular o thesouro com as lagrimas dos irmãos, e os lagos de fraternidade que entre nós felizmente são muito poucos, é coisa que não pôde admitir. Não ha homem nenhum, por muito desaturado que seja, que possa gostar e regozijar-se de especular com as lagrimas de um irmão, e não pôde acreditar que os lagos fraternos sejam uma boa materia collectavel. Por isso, na sua opinião, estender, como se faz no projecto, a obrigação do pagamento do imposto ao primeiro grão de familia em direito canonico, é pelo menos perigoso.

Mas não é esta só a consideração que tem a apresentar: deve recordar aos vellos parlamentares que estão na camara, os apoiados que deram com entono á voz eloquente do sempre desejado collega, o sr. Passos (Manuel), quando dizia que uma tal disposição era absurda e não se podia admitir, e o sr. José Estevo n'este ponto foi tão eloquente como o sr. Passos (Manuel).

O sr. José Estevo:—alto lá! Eu desadoro as doutrinas apresentadas ultimamente pelo illustre deputado. Eu lhe direi como se taxam os lagos de familia.

O Orador:—o que admira é que hoje tenha estes principios e não os tivesse em 1844.

O sr. José Estevo:—sempre o tive.

O Orador:—em 1844 o governo propoz á camara uma serie de medidas de fazenda entre as quaes vinha também a obrigação do pagamento do imposto entre irmãos, e de tios para sobrinhos. A commissão de fazenda approvou-a, veiu á discussão o projecto, e a maioria dividiu-se n'essa questão; a opposição era então insignificante em numero, mas valente em intelligencia; houve uma larga discussão, que foi abafada, e pondo-se a medida á votação para quesitos foi rejeitada, e sobre tudo pelo lado esquerdo da camara. Acaso os lagos de familia que n'essa epocha foram tão protegidos, na camara, serão hoje aqui desconsiderados, e aquellas pessoas que então entendiam que a familia era a base da sociedade e que devia ser protegida, queirão hoje que seja opprimida? Não o acreditam.

Não é esta porém a unica innovação que se faz, innovação que aliás não considera como feita de dize: o relatório da commissão não é exacto quando diz que este projecto só leva em vista elevar o imposto fazendo quotizar o primeiro grau da familia; as quotizações são muitas mais, e se não mais importantes, ao menos igualmente importantes. Pelo projecto que se discute a transmissões de propriedade de entre irmãos que não pagava, paga; a transmissões de tios para sobrinhos que não pagava, paga; a transmissões de sobrinhos para tios ou entre primos que pagava 3 por cento, paga 5 por cento; os collateraes em terceiro e quarto grau que pagavam 5 por cento, agora pagam 7 por cento; os collateraes em grau mais remoto que pagavam 1 por cento agora pagam 10 por cento, ficando equiparados aos estranhos. De maneira que o direito de transmissões não é só levado ao primeiro grau da familia em direito canonico, é também augmentado nos outros graus da familia. E será justo que se não observe aquella graduação mais regular, mais methodica, mais aconselhada pela razão e pela consciencia, a que os povos já estão acostumados? Que rasão haverá para tantas innovações?

Por ventura entende o nobre ministro da fazenda que é com este augmento de imposto que ha de supprir o deficit? Não pôde ser, e para o provar basta o seguinte calculo. O imposto de transmissões de propriedade vem calculado no organamento em réis 50:000:000. Actualmente ha quatro graus, cada um dos quaes paga diferente direito de transmissões; seja o direito medio que se paga 5 por cento. Rendendo o imposto 50:000:000 réis, que não sabe se são effectivos e reaes, e sendo o termo medio do pagamento do imposto 5 por cento, essa quantia dos 50:000:000 réis, vae a ser o imposto que resulta de um valor de 1.000:000:000 réis.

Ora entre nós haverá só 1.000:000:000 réis de valores transmittidos por herança? Não de certo, ha de haver 3.000 ou 4.000:000:000 réis; e o que se conclue é que ha muitos valores transmittidos por herança que não são quotizados, ha muita receita collectual por este imposto, que não é quotizada. Então qual era melhor? O melhor era limitar-se o governo por em quanto a fazer cumprir a legislação existente, e a tirar d'ella todo o proveito; mas aggravar o imposto, como se pretende pelo projecto, e augmentar por consequencia a difficuldade da percepção, parece-lhe meios repugnantes com o fim que se pretende conseguir.

O sr. Presidente:—a camara vae formar-se em sessão secreta por assim o exigir o bem do estado. (Eram tres horas e um quarto.)

Quasi das cinco horas da tarde continuou a sessão publica.

O sr. Presidente:—dá para ordem do dia de amanhã, na primeira parte, a discussão do parecer n.º 23, da commissão de poderes, sobre a eleição de um deputado pelo circulo de Seta Vento em Cabo Verde; e na segunda parte, a continuação do projecto n.º 21, e levanta a sessão.

## NOTÍCIAS DO REINO

### CONTINENTE

Setubal.—Effectuou-se hontem domingo uma viagem de experiencia no ramal que do caminho de ferro do sul segue para esta villa.

As 7 horas da manhã partiram do arsenal de marinha a bordo de um vapor da companhia de navegação do Tejo ss. ex.º os srs. ministros do reino e das obras publicas, e as diversas pessoas que haviam sido convidadas pela direcção da companhia do caminho de ferro do sul para assistir a esta digressão em que se notavam alguns dignos pares do reino, muitos srs. deputados, empregados superiores do ministerio das obras publicas, o director da alfandega grande de Lisboa, o sub-inspector geral dos correios, engenheiros, jornalistas, etc.

Desembarcáda que foi a comitiva no Barreiro seguiu para a estação principal do caminho de ferro, e pouco depois partia n'um comboio de doze carruagens para as Vendas Novas, onde termina o tronco da via ferrea do sul que se achia completo.

Depois de um breve exame feito ás obras que aqui se andam fazendo para a collocação da estação, armazens e officinas dependentes, voltou o comboio para o Pinhal Novo, seguindo pelo ramal a Setubal.

É difficil descrever o entusiasmo com que os habitantes d'esta villa, e dos logares que lhe ficam proximos receberam a alegre companhia que lhe levava as primicias de uma nova civilização. A população agrupada nas avenidas da linha saudava com plênesia a chegada do comboio.

Muitas casas achavam-se embandeiradas. No fim do ramal tinham-se levantado dois corotos, todos empavezados e enfiados, onde tocavam as duas bandas marciais da villa, que se denominam *Permanente* e *Momentanea*, rompendo com o hymno real á aproximação do comboio. Quasi á entrada da villa um lindo grupo de gentis donzellas espargia sobre as pessoas que compunham a comitiva flores que em vistosos afares se haviam esfolhado; finalmente, a alegria e o contentamento, patenteado por mil formas, e que se manifestava em todos os semblantes provava quanto Setubal ambicionava aquelle dia.

Ao apparecerem do comboio foram os srs. ministros recebidos pelo presidente e vereadores da camara municipal, administrador do concelho e mais autoridades da villa.

Serviu-se depois um magnifico almoço, que a direcção da companhia mandára preparar com todo o esmero.

Eram cinco horas e meia quando ao som de girandolas de foguetes, do hymno real, e no meio de uma população cheia de entusiasmo partiu novamente o comboio para o Pinhal Novo, e d'aqui para o Barreiro.

Em toda a digressão não houve o menor accidente. O comboio percorreu sempre a linha, tanto das Vendas Novas como do ramal, com a maior celeridade, andando muitas vezes na rasão de sessenta kilometros por hora.

O caminho de ferro das Vendas Novas tem 58 kilometros, e o ramal para Setubal 13 1/2. Os technicos que em grande numero seguiam no comboio, foram concordes em affirmar que a linha em ambas as vias-ferreas, se achava bem assente, e que ambos os caminhos se prestavam a uma larga exploração.

A gare do Barreiro está quasi prompta, e é de uma grande belleza e magnificencia, sendo o tecto feito de cristal e ferro. Tanto as salas que se destinam para as diversas classes de passageiros, como os armazens para deposito de mercaderias e bagagens, estão feitos não só com muita elegancia, como accomodados aos servicos a que se destinam.

O material rolante tem iguaes condições de belleza e qualidade, e isto tanto pelo que diz respeito aos wagons de passageiros, como aos de mercaderias.

São também muito boas as locomotivas que a companhia possui.

Todas as pessoas ficaram satisfeitas de assistir a esta verdadeira festa de civilização; todos se congratulavam mutuamente de verem caminhar o paiz na senda do progresso, e de presenciarem o modo lisonjeiro como os povos accitavam estes melhoramentos, indispensaveis condições de existencia das sociedades modernas.

Figueira.—O movimento da barra d'esta villa prouta as boas condições em que se acha, diz o *Porto e Curta*.

No mez de fevereiro d'este anno demandaram aquella barra, e entraram n'aquelle porto, onde descarregaram e receberam novos carregamentos, 52 navios de diversas lotações, e no mez de março ultimo 39.

Mira.—No lugar da Presa, d'este concelho, conforme diz o *Campo das Províncias*, acaba de descobrir-se uma mina de carvão de pedra, juntamente com grande porção de cobalto. Mandaram-se já algumas amostras para a direcção das obras publicas de Coimbra, e alguns particulares também as mandaram estudar.

Vimos os dois minerais, e observamos no carvão, que abunda mais, alguns veios de um pó metálico, amarello, e que ao contacto do ar não perdia o brilho.

Porto.—No *Commercio do Porto* de 14 do corrente lê-se o seguinte:

«Hontem ao meio dia foi outra vez preso, a requisição do sr. governador civil de Lisboa, por suspeitas de criminalidade de medoca falsa, o sr. André Nicholson, um dos proprietários da fabrica de vidros do Cavaco, sendo logo recolhido nas cadeias da relação. A prisão foi effectuada mesmo na fabrica pelo sr. administrador do 2.º bairro.»

Braga.—Nesta cidade, conforme escrevem os jornaes da mesma, esperava-se que a insigne actriz Emilia das Neves fosse representar nas tres primeiras recitas com que se inaugura o novo theatro, cuja abertura se affirmar ter logar por todo o mez de maio proximo futuro.

## NOTÍCIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos folhas de Madrid até 13 do corrente, e de Paris até 11.

Os jornaes hespanhoes publicam os seguintes DESPACHOS TELEGRAPHICOS Despatches dados pela *Correspondencia de Espana*:

Turim, 11 de abril.—Lanza foi eleito presidente da camara dos deputados por 120 votos. Os votantes eram em numero de 219.

O jornal official de Roma publica a nomeação de Lamoriciere para general em chefe das tropas pontificias.

Londres, 11.—De novo se repete a noticia de que o general Miramon mandou sair do territorio do Mexico os subditos da America do norte.

No Japão, segundo consta das ultimas noticias, havia certa effervescencia.

Espalhou-se o boato de que os chinezes retiraram as peças de artilheria das fortalezas de Taka, a fim de melhor fortificarem Tientsing.

As correspondencias de Calcutá dizem que, em consequencia de offensas commettidas pelo Byds de Bengala, o governador geral publicou uma proclamação da qual se esperava bom resultado.

Paris, 11.—O governo inglez mandou estabelecer um telegrapho submarino entre Gibraltar e Londres.

Os jornaes ingleses publicam novos documentos relativos á questão de Chablais e de Faucigny. Todas as probabilidades são a favor de uma solução amigavel e directa entre a França e a Suíça. Parece que a França se compromete a não ter esquadra alguma no lago de Genebra, e a não fortificar as costas da Saboya.

### HESPAÑHA

No dia 13 do corrente devia ser fusilado em Palencia o chefe carlista Carrion.

A *Correspondencia de Espana*, que dá esta noticia, acrescenta o seguinte:

«Outro de seus companheiros, chamado Juan Salvador, foi preso pela guarda civil em Coyozos de Bocolo.»

No dia 7 o general Elio chegou á fortaleza de San Juan, em Tortosa, onde se lhe havia preparado uma prisão decente. Nas suas declarações, segundo diz uma correspondencia de Tarragona, Elio manteve-se sempre á altura da sua dignidade. Sem negar nem illudir a sua responsabilidade pessoal, negou-se sempre a responder a todas as perguntas relativas aos ex-infilantes fillos de D. Carlos, declarando lealmente que a sua consciencia e decoro lhe ordenavam que processasse assim. Apenas confessou que entrara em Hespanha de accordo com Montemolin, de quem se infiltava tenente general e seu gentil-homem.

Desde que foi preso, Elio tem dado provas da maior resignação, manifestando que estava preparado para tudo, que tal era o destino da sua estrella e dos seus compromissos politicos.

A *Correspondencia* diz saber por via fidedigna que Cabrera regressou a Londres, em vista do mau exito que teve á revolta carlista.

### PIEMONTE

A votação para a annexação terá logar em Niza no dia 15 do corrente, e em Chambery no dia 22. A differença das datas é motivada, segundo se diz, pela grande porção do neve que cobre ainda as estradas da Saboya, tornando as communicações muito difficis.

### MARROCOS

Á data das ultimas noticias enviadas de Tetuão, eram ali esperados os commissarios marroquinos. Os plenipotenciarios hespanhoes reclamaram, segundo parece, com a maior brevidade possivel, o convenio de 24 de agosto ultimo, relativo á praça de Melilla, e os convenios celebrados em 1856 entre Marrocos e a Gran-Bretanha. Estes documentos são de primeira importancia para as negociações a que se deve proceder.

O general O'Donnell, segundo diz o jornal *La Horizonte*, não regressará a Hespanha sem receber a primeira prestação da indemnização reclamada pelo governo no tratado de paz.

Affirma o *Clamor Publico* que estão já preparadas as letras sobre Londres no valor de 250 milhões de reales para ser abonado o primeiro pagamento dos 400 milhões.

Parece que se acham já nomeados os batalhões que devem ficar guarnecendo Tetuão, depois de assignados os tratados de paz, e quando o commandante em chefe do exercito expedicionario regressar a Madrid. A guarnição compor-se-ha de forças imponentes.

## DOCUMENTOS DIPLOMATICOS

Como se sabe, o conselho federal, depois de ter sido publicado no *Moniteur* o tratado de 24 do março proximo passado, entre a França e o Piemonte, para a cessão da Saboya, resolveu reclamar a garantia da Europa, e encarregou os seus representantes em Paris e em Turim de annunciarem esta resolução ás duas cortes onde se achavam acreditados. Esta communicação foi feita em Paris pelo seguinte documento:

Nota dirigida pelo ministro plenipotenciario da confederação suíça, residente em Paris, ao ministro dos negocios estrangeiros da França.

PARIS, 28 DE MARÇO

«Senhor ministro.—O governo da confederação suíça, depois de tomar conhecimento das estipulações do tratado pelo qual sua magestade o rei da Sardenha consente, sob a reserva da sanção das camaras, na reunião da Saboya e do districto de Niza á França, assignado em Turim em 24 de mez, publicado no *Moniteur Universel* de 25 d'este mez, sente ver-se obrigado a dar novos passos junto do governo do imperador, para proteger os interesses da neutralidade suíça.

«O fim d'este tratado é evidentemente reunir todas as provincias da Saboya á França, e por consequente também aquellas que se acham comprehendidas na neutralidade da confederação helvetica. Porém o estado actual das cousas, tal qual foi estabelecido pelas estipulações do tratado de 1815, não pôde e não deve ser mudado senão com previo ass



Vienna, como com a confederação helvética. É pois uma consequência natural e necessária d'esta estipulação o renunciar a qualquer medida que tenha por fim executar o tratado, na parte relativa

às provincias neutralizadas, em quanto se não realisar o convenio de que acima fallámos.

«E com esta esperança, e depositando inteira confiança nos sentimentos de justiça do governo do

imperador, que o abaixo assignado tem a honra de pedir a v. ex.ª se digne aceitar etc....»

«O ministro da confederação suíça, Kern.»  
(L'Indépendance Belge.)

## NOTICIAS COMMERCIAES

### ALFANDEGA MUNICIPAL DE LISBOA

Nota dos preços dos generos abaixo mencionados, na semana finda em 14 de abril de 1860

CLASSE DA PAUTA	AMENDOAS				CASTANHA		PASSAS DE			FIGO SECCO	NOZES	MOS. TARDIA	ALFAR. ROBA	QUEIJO DA ILHA
	MIOLO	CÔCA	MOLAR	DURASIA	VERDE	SECCA	UVA	AMEIXA	PERA					
	ARROBA	ALQUEIRE	ALQUEIRE	ALQUEIRE	ALQUEIRE	ALQUEIRE	ARROBA	ALQUEIRE	ARROBA					
Classe 5.ª	35000	15000	800	500	—5—	860	—5—	400 a 800	25000	800 a 1200	400	850	260	—5—

Postura da Ribeira Velha, em 16 de abril de 1860.—O chefe, João Maria Froment de Abreu.

### MOVIMENTO MARITIMO

#### BARRA DE LISBOA

Dia 15 de abril de 1860

#### EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Triunpho do Guadiana, hiate portuguez, mestre M. Rodrigues Senior, de Villa Real de Santo Antonio em 3 dias, em lastro; 8 pessoas de tripulação.

Bom Jesus dos Navegantes, hiate portuguez, mestre F. S. Vianna, de Vianna em 2 dias, com milho e trigo; 7 pessoas de tripulação.

Vencedor, hiate portuguez, mestre A. Ferreira, de Faro em 5 dias, com amendoa e alcôas; 6 pessoas de tripulação.

Buena Ventura, vapor de guerra hespanhol, comandante o tenente de navio R. Martinez, de Algeciras em 2 dias, 62 praças de guarnição, 2 peças, e da força de 80 cavallos. Destina-se para Vigo, e vem aqui receber carvão.

D. Luiz, paquete portuguez a vapor, capitão F. B. Ribeiro, de Villa Real de Santo Antonio em 24 horas, de Tavira em 22, de Olhão e Faro em 20, de Villa Nova de Portimão em 16, e de Lagos em 14, com encomendas á companhia *unión mercantil*; 20 pessoas de tripulação, 3 malas e 49 passageiros.

Boa Fortuna, hiate portuguez, mestre J. José, de Villa Real de Santo Antonio em 7 dias, em lastro; 7 pessoas de tripulação.

Carolina, rasca, mestre L. S. Salgado, para a ilha do Fayal, com encomendas; 11 pessoas de tripulação.

Brooking, brigue inglez, capitão H. Roper, para a Terra Nova, com sal; 10 pessoas de tripulação.

Segredo, patacho portuguez, capitão J. Ribeiro, para a ilha de S. Miguel, com melão e encomendas; 10 pessoas de tripulação.

Dois Irmãos, hiate portuguez, mestre A. Rodrigues, para Caminha, com sal e fazendas; 6 pessoas de tripulação e 1 passageiro, que é Antonio José Caldas, trabalhador portuguez.

Estes navios foram registados hontem e saíram hoje, tendo-se demorado na enseada de Paço de Arcos.

Agoriano, paquete portuguez a vapor, capitão A. T. Machado, para as ilhas de S. Miguel, Terceira, S. Jorge e Fayal, com varios generos; 41 pessoas de tripulação e 24 passageiros.

Treze de Maio, hiate portuguez, mestre D. G. Torres, para Caminha, com sal e fazendas; 10 pessoas de tripulação e 2 passageiros, que são: Antonio José Lourenço, marítimo; Thomazia Bernardina; portuguezes.

Divina Providencia, hiate portuguez, mestre S. J. Salgado, para Villa Nova de Portimão, com arroz e mais generos; 8 pessoas de tripulação.

Carmezina, brigue portuguez, capitão F. Smith Junior, para a Bahia, com sal, vinho e mais generos; 14 pessoas de tripulação.

Giovanni Zalume, brigue sardo, capitão E. Deambrosi, para Cardiff, em lastro; 12 pessoas de tripulação.

Volant, brigue inglez, capitão J. Jenkins, para a Terra Nova, com sal; 13 pessoas de tripulação.

Dia 16

#### EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Camões 3.ª, hiate portuguez, mestre D. M. Pereira, da Figueira em 4 dias, com madeira; 8 pessoas de tripulação e 2 passageiros, que são: Joaquim Francisco Borges, artista portuguez, Claudio Gomes, artista hespanhol. Entrou e deu fundo hontem ás 7 horas da noite.

Emile, barca belga, capitão Pvan Glabbeke, de Cardiff em 10 dias, com carvão a ordens; 11 pessoas de tripulação. Entrou e deu fundo hontem ás 7 1/2 horas da noite.

Carbon, vapor inglez, capitão P. Young, de Pomeroy em 2 dias, e de Villa Real de Santo Antonio em 34 horas, com mineral a Warburg & Dotti; 19 pessoas de tripulação e da força de 80 cavallos. Destina-se para Liverpool e vem aqui receber carga. Entrou e deu fundo hontem ás 8 horas da noite.

Auckland, brigue inglez, capitão J. Long, de Sunderland em 21 dias, com carvão a ordens; 8 pessoas de tripulação. Entrou e deu fundo hontem ás 8 horas 10' da noite.

Glio, barca ingleza, capitão J. Tilley, de New Port em 25 dias, com carvão a A. Van Zeller; 9 pessoas de tripulação. Entrou e deu fundo hontem ás 9 horas da noite.

Oliveira, hiate portuguez, mestre J. Marques, de Setubal em 2 dias, em lastro; 6 pessoas de tripulação.

Senhora da Conceição, cahique portuguez, mestre J. G. Nunes, de Olhão em 3 dias, com vinho e mais generos; 9 pessoas de tripulação e 17 passageiros, que são: Francisco de Paula Reis e sua mulher, empregado publico; João Lopes, João Machado, Miguel Ribeiro Correia, Francisco da Costa Cazado com 1 filho, marítimos; D. Maria da Piedade com 3 pessoas de familia, Anna do Espírito Santo com 3 pessoas de familia, Helena da Conceição com 1 pessoa de familia; portuguezes.

Cordialidade, brigue portuguez, capitão A. P. Gonçalves, de Liverpool em 10 dias, com carvão, ferro e mais generos á viua de J. B. Burnay; 14 pessoas de tripulação.

Kaglióni, barca ingleza, capitão A. Hunter, de New Castle em 24 dias, com carvão a Kreibitz & Finger; 12 pessoas de tripulação.

Germana, brigue polaca sardo, capitão F. Dodeiro, de Genova em 32 dias, com vinho e mais generos, a ordens; 10 pessoas de tripulação, e 1 passageiro, que é: J. de la Chala, artista; genovez.

Senhora da Conceição, hiate portuguez, mestre F. A. dos Santos, de Villa Nova de Milfontes em 4 dias, com carvão e cepa; 8 pessoas de tripulação.

Thomás Hodgson, barca ingleza, capitão J. Ormston, para Quebec, em lastro; 11 pessoas de tripulação. Foi registada hontem e saiu hoje, tendo-se demorado na enseada do Paço de Arcos.

Trafalgar, não ingleza a vapor.

Centurion, não ingleza a vapor.

Providencia, hiate portuguez, mestre J. A. da Motta, para Faro, com trigo e centeio; 6 pessoas de tripulação, e 6 passageiros, que são: Antonio Mar-

tins-Moço, marítimo; José Maria, moleiro; Bernarda Lucia com 2 menores, Maria Gertrudes; portuguezes.

Estrella de Ovar, bateira, mestre F. C. dos Santos, para Setubal, com cereas e mais generos; 6 pessoas de tripulação.

Buena Ventura, vapor de guerra hespanhol.

Rei Salomão, barca portugueza, capitão J. M. Pessoa, para as ilhas de Cabo Verde, com pedra de cantaria e milho; 15 pessoas de tripulação, e 2 passageiros, que são: José Miguel Pereira, negociante; Antonio Hypolito de Almeida Barros, menor; portuguezes.

Diligente, patacho portuguez, capitão A. J. A. Rosa, para Pernambuco, com vinho e mais generos; 10 pessoas de tripulação.

Leopoldina e Amelia, patacho portuguez, capitão J. F. da Costa, para as ilhas de Cabo Verde, com vinho, azeite e mais generos; 12 pessoas de tripulação, e 4 passageiros, que são: José Fortunato Pereira da Rocha, com duas pessoas de familia, proprietario; Francisca Antonia; portuguezes.

Harlequin, brigue inglez, capitão J. Gatkens, para Quebec, com sal; 11 pessoas de tripulação.

Expectance, escuna norueguesa, capitão K. Holm, para Stavanger, com vinho e mais generos; 8 pessoas de tripulação.

Ulrica, brigue sueco, capitão H. Thompson, para Setubal, com sal; 9 pessoas de tripulação.

Valeria, barca sueca, capitão U. Dahl, para El-Seneur, com sal; 14 pessoas de tripulação.

Adele, brigue sueco, capitão A. M. Peterson, para Oskoshamm, com sal; 11 pessoas de tripulação.

Bordo do vapor Infante D. Luiz, em frente de Belem, em 16 de abril de 1860.—J. J. Cecilia Kol, capitão tenente, commandante.

### TELEGRAPHIA ELECTICA

#### BOLETIM DO TELEGRAPHO PRINCIPAL

EM 15 DE ABRIL DE 1860

Serviço das barras

Da foz do Douro, do dia 14

Não entrou embarcação alguma.

Saídas—Portuguezes, brigue S. Manuel 1.ª, para Pernambuco; hiates *Loureiro 1.ª*, para Lisboa; *S. Lourenço* e *S. Vicente 2.ª*, ambas para Vianna.—Escuna ingleza *Woodville*, para Hull.

Fôra da barra não se avista embarcação alguma. O mar está um tanto agitado.—O vento esteve NE., SO. e NO. brandos, agora calma.

De Villa do Conde, do dia 13

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Mar bom.—Vento N.

De Caminha, do dia 14

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Mar bom.—Vento NE.

De Vianna do Castello, do dia 14

Entrou a escuna ingleza *Anenrin*, do New Castle, com carvão.

Saídas—Escuna ingleza *Christopher*, para a Terra Nova, com sal.—Rasca *Adelaide*, para Lisboa por Cascaes, com milho.

Em Espozende não entrou nem saiu embarcação alguma nos dias 10 e 11.

Da Figueira, do dia 14

Entrou a bateira portugueza *Joven Amelia*, de S. Martinho, em lastro.

Não saiu embarcação alguma.

Fôra da barra fica uma escuna e uma rasca sem bandeira.

Mar bom.—Vento NO.

De Villa Real de Santo Antonio, do dia 14

Entradas—Inglezes, brigue *Artisan*, escuna *Margat*, ambos de Gibraltar, em lastro; bateira portugueza *Novo Destino*, de Lisboa, em 5 dias, com generos.

Saíu o vapor inglez *Carbon*, para Liverpool, com mineral.

Não se avista embarcação alguma fóra da barra. O mar está bom.—Tempo calmoso.

De Tavira, do dia 14

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Vento SO, bonanoso.

N. B. Sairam hontem de tarde o falucho portuguez *Primo e Santa Rita*, para Villa Nova de Portimão, com trigo; e o bote *Senhora da Encarnação*, para Villa Real de Santo Antonio, em lastro.

De Faro, do dia 14

Não entrou embarcação alguma.

Saíu o vapor D. Luiz, para Lisboa e portos de Villa Nova de Portimão e Lagos, com laranja e encomendas.

Tempo nublado.—Vento SO.

Direcção geral dos telegraphos do reino, em 15 de abril de 1860.—O director geral, J. B. da Silva.

(PARTICIPAÇÕES RECEBIDAS PELO CORREIO)

Barra de S. Martinho, do dia 10

Bom tempo.—Vento NNO. fresco.—Mar muito agitado na barra, o que não deixa sair embarcação alguma; tambem não houve movimento de entrada.

Do dia 11

Bom tempo.—Vento N. regular.—Mar agitado na barra, o que não deixa sair barco algum.

Não ha mais novidade.

Do dia 12

Saídas—Cahique do arsenal *Restauração*, mestre José Arsenio Lopes, para Lisboa, com alcatraz e madeira; 10 pessoas de tripulação.—Hiate portuguez *Adelaide*, mestre Antonio Maria de Almeida, para Lisboa, com madeira e mais generos; 8 pessoas de tripulação.—Bateira *Joven Amelia*, mestre Thomé da Silva, para a Figueira, em lastro; 6 pessoas de tripulação.

Do dia 13

Saídas—Hiate do estado *Marinha Grande*, mestre Sabino Gonçalves, para a costa da Vieira, em lastro; 11 pessoas de tripulação.—Hiate portuguez *Saltarello*, mestre Vicente Henrique, para a Figueira, em lastro; 8 pessoas de tripulação.—Rasca *Senhora do Pilar*, mestre Silvestre da Silva Marques, para a Figueira; 8 pessoas de tripulação.

Capitania do porto de S. Martinho, em 13 de abril de 1860.—Manuel Leocadio de Almeida, capitão do porto.

Barra de Peniche, do dia 9

Saíu o cahique portuguez S. João Baptista, mestre Lucio de Carvalho, para os portos do reino, com sardinha; 9 pessoas de tripulação.

Do dia 10

Saíu o cahique portuguez *Senhora do Rosario* e *Almas*, mestre Antonio da Luz, para Lisboa, com vinho e mais objectos; 8 pessoas de tripulação.

N. B. Este cahique *Senhora do Rosario* e *Almas*, declara agora mesmo o mestre, que não larga já senão na madrugada do dia 11. Declaro que o hiate *Sociedade do Mondego*, que já estava arribado no fundeadouro d'este porto, acha-se dentro do porto descarregando sal, com destino de carregar sardinha salgada, para levar aos portos do reino.

Do dia 12

Entradas—Polaca goleta *Fraternidade*, mestre João Lourenço Gonçalves, de Lisboa em 4 dias, com sal; 8 pessoas de tripulação, arribada. Destina-se para Ponte Vedra.—Cahique portuguez *Senhora do Rosario*, mestre Francisco Machado, da Figueira em 1 dia, com sal; 8 pessoas de tripulação.

Do dia 13

Entrou o cahique portuguez *Senhora das Necessidades*, mestre José dos Santos, de Lisboa e Cascaes em 2 dias, com sal; 5 pessoas de tripulação e 2 passageiros.

Saídas—Cahiques portuguezes *Santo Antonio* e *Almas*, mestre Torcato Leitão, 6 pessoas de tripulação; *Senhora do Rosario*, mestre Francisco Machado, 8 pessoas de tripulação; *Senhora da Boa Morte*, mestre Domingos Maria, 9 pessoas de tripulação; *Senhora da Gloria*, mestre Joaquim Fernandes, 9 pessoas de tripulação.—Hiate portuguez *Sociedade do Mondego*, mestre Francisco Antonio Paradello; estes cinco navios vão para a Figueira com sal.—Polaca goleta *Fraternidade*, mestre João Lourenço Gonçalves, para Ponte Vedra, com sal; 8 pessoas de tripulação.

Capitania do porto de Peniche, em 13 de abril de 1860.—O patrão-mór servindo de capitão do porto, José Joaquim Antão.

### FUNDOS ESTRANGEIROS

(Boletim telegraphico)

Bolsa de Madrid, em 16 de abril—3 por cento differido a 36,50, 36,25 e 36,20.

Bolsa de Paris, em 16 de abril—3 por cento francez a 70,20 a 4 1/2, dito a 97.

Bolsa de Londres, em 16 de abril—Consolidados de 94 3/4 a 94 7/8.

### NOTICIAS CIENTIFICAS

#### OBSERVATORIO METEOROLOGICO

DO

INSTITUTO D. LUIZ

NA ESCOLA POLYTECHNICA

ABRIL-15

BAROMETRO (PRESSÃO)

Thermometro (TEMPERATURA)

PSYCHROMETRO (HUMIDADE)

ANEMOMETRO (VENTO)

Millimetros

Grãos C.

Por 100

Rumos

9 m.

754,57

16,5

75,7

SSO.

3 t.

753,98

18,4

66,3

OSO.

DIA 14.

Maxima—temperatura..... 17,6 C.

Minima..... 12,4 "

Ozone (de noite)..... 4,5 "

Ozone (de dia)..... 6,0 "

Chuva (udometro)..... 0,0 Mil.

Evaporação (vaporimetro)..... 6,7 "

Altura barométrica correcta.....

Altitude do barometro 95,1 metros.

Temperatura á sombra.....

ABRIL-15

BAROMETRO (PRESSÃO)

Thermometro (TEMPERATURA)

PSYCHROMETRO (HUMIDADE)

ANEMOMETRO (VENTO)

Millimetros

Grãos C.

Por 100

Rumos

9 m.

751,28

15,3

73,9

NNO.

3 t.

749,14

18,9

67,7

NO.

DIA 15.

Maxima—temperatura..... 19,3 C.

Minima..... 11,3 "

Ozone (de noite)..... 7,5 "

Ozone (de dia)..... 4,5 "

Chuva (udometro)..... 0,0 Mil.

Evaporação (vaporimetro)..... 2,5 "

Altura barométrica correcta.....

Altitude do barometro 95,1 metros.

Temperatura á sombra.....

### INSPECÇÃO DOS INCENDIOS

III.ª sr.—Participo a v. s.ª que a 14 do corrente mez, pelas sete horas da noite, foi levado aviso ás casas de estação das bombas pertencentes ao circulo n.º 30, de que se tinha manifestado incendio na loja com o n.º 28, na travessa da Cara. Os soccorros acudiram promptamente, e o fogo, que por negligencia tinha sido pegado a uma porção de palha, foi em breve extinto.

Deus guarde a v. s.ª Lisboa, 15 de abril de 1860.—III.ª sr. vereador do pelouro dos incendios, —O engenheiro encarregado da inspecção geral dos incendios, Joaquim Julio Pereira de Carvalho.

## AVISOS

### BANCO DE PORTUGAL

A direcção avisa aos srs. subscriptores para o emprestimo de 600:000\$000 réis, autorisado por decreto de 21 de fevereiro de 1859, que no dia quarta-feira 18 do corrente lhes satisfará o rateio de 5 por cento sobre a importancia total das suas subscrições